

Nota Pública em defesa do diálogo na preservação do processo democrático, como instrumento prioritário de busca de conciliação e meio de solução de conflitos.

A construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, alicerça o Estado Democrático de Direito em que se constitui o Brasil.

A turbulência que marcou o cenário político e social brasileiro nos últimos dias causa apreensão na população e requer sejam reafirmados os compromissos com a preservação da democracia e da harmonia social.

O recurso à violência e à ameaça, com a alusão a práticas e símbolos que remontam a épocas sombrias no Brasil ou em outros países, visa à disseminação do medo, inculcando o temor de uma ruptura institucional, cujo desfecho nem sempre favorece a seus instigadores, mas sempre com prejuízo à democracia.

Tais condutas não se coadunam com os princípios democráticos e não podem ser admitidas por uma sociedade comprometida com os ideais de tolerância, liberdade, justiça e igualdade.

O debate político, ainda que agravado por intensas divergências ideológicas, é inerente aos sistemas democráticos. Não é aceitável, todavia, que se ultrapassem os limites estabelecidos às instituições pela Constituição e que o enfrentamento coloque em risco a estabilidade social.

No cumprimento de sua missão constitucional, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão seguirá alerta e atuante, reiterando a defesa do diálogo na preservação do



processo democrático, como instrumento prioritário de busca de conciliação e meio de solução de conflitos.

Brasília, 1º de junho de 2020.

Carlos Alberto Vilhena
Subprocurador-Geral da República
Procurador Federal dos Direitos do Cidadão - Titular

Ana Borges Coêlho Santos
Subprocuradora-Geral da República
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão - Substituta



PFDC
Procuradoria Federal
dos Direitos do Cidadão

MPF
Ministério Público Federal



PFDC
Procuradoria Federal
dos Direitos do Cidadão

MPF
Ministério Público Federal



PFDC
Procuradoria Federal
dos Direitos do Cidadão

MPF
Ministério Público Federal